



centenário da greve geral anarquista de 1917: registros históricos de florentino de carvalho

rogério zeferino nascimento

Neste ano de 2017 completam-se cem anos da greve geral de trabalhadores na capital de São Paulo. Este movimento paredista, com inestimáveis impactos na dinâmica social, difundiu-se de São Paulo para o interior do estado como também para estados vizinhos no eixo sul-sudeste brasileiro. Os estudiosos oficiais chamam aquele momento de Primeira República, República Velha, República das Oligarquias e/ou República do Café com Leite. Esta última designação faz alusão à alternância na presidência do país entre São Paulo, cuja principal riqueza era o café, e Minas Gerais, produtora de leite. Esses termos oficiais ou oficiosos, além da escatologia instalada de maneira subreptícia, trazem um acentuado triunfalismo incrustado nas dobrinhas de sua narrativa: evidências do protocolo e das formalidades apresentadas como a verdade das propostas

Rogério Zeferino Nascimento é professor na Universidade Federal de Campina Grande. Contato: rogeriobznascimento@yahoo.com.br.



evolucionistas presentes nos estudos canônicos, tratando de construir e assentar o *status quo* sobre a sua projeção num passado pretérito, fundante do hoje.

Em sua imprensa, os trabalhadores denominavam este período histórico de “nova idade média”, entre outros termos relacionando o novo regime republicano ao despotismo medieval. “República do Chanfalho” era bastante recorrente nestes periódicos. Nos dois primeiros artigos aqui apresentados, Florentino de Carvalho¹ denomina o novo regime de “República dos ‘Briganti’” e “moderna inquisição republicana”. Ele tinha escrito um artigo com o título “República do Chanfalho”² no ano de 1913, evidenciando a truculência e a brutalidade como formas de governos e patrões tratarem os segmentos populares³ desde a inauguração da república. A polícia e todo o aparato de repressão oficial serviam de braço armado dos governos. Capangas e milícias particulares eram os serviçais do patronato. Isso sem esquecer delatores e infiltrados, saídos sobretudo do campo do socialismo marxista, quando disputavam com anarquistas o predomínio entre trabalhadores e demais setores populares.

Os nove artigos de Florentino de Carvalho aqui apresentados constituem documentos históricos de grande valor. O primeiro foi escrito quando da eclosão das greves, descrevendo a situação gritante vivida pelos setores populares. O segundo artigo retrata o arbítrio de sua prisão com mais outros companheiros quando ainda estavam no Brasil. A série de sete artigos foi publicada em 1919 no jornal anarquista de São Paulo *A Plebe*. Estes escritos relatam de maneira contundente a saga, na duração de cerca de cinco meses, dos prisioneiros a bordo do navio Curvelo e do Avaré. Os portos de Barbados e de Nova



Centenário da greve geral anarquista de 1917...

York não permitiram o desembarque dos “indesejáveis”. As autoridades locais tinham sido informadas de serem os deportados “anarquistas perigosos”.

As causas das greves estão expostas em todos os artigos. Mas o primeiro destes escritos, elaborado dentro dos acontecimentos paredistas, deixa bem acentuada a ambiência adversa para os setores populares. Não só os trabalhadores eram trucidados pela exploração e violências patronal e estatal. Os setores populares, onde os trabalhadores se situam, sentiam de forma mais aguda a crueza deste estado de coisas. Mulheres e menores trabalhadores eram submetidos a uma mais intensa exploração e violência. A lista das reivindicações dos grevistas, encaminhada pelo Comitê de Defesa Proletária ao patronato e ao governo através de uma reunião intermediada por jornalistas, alcançava não apenas demandas dos trabalhadores, mas dos setores populares.

Dentro destas reivindicações, além de demandas por melhores salários e diminuição da jornada de trabalho, soltura dos grevistas presos sem retaliação pelo patronato e pelo governo, pagamento do salário mensal sem atraso superior a cinco dias e outras de cunho operário, estavam pontos como barateamento, não falsificação e adulteração dos alimentos, fim do trabalho noturno para mulheres e menores e redução dos preços das moradias. As exigências dos grevistas alcançavam não apenas os operários, mas os desempregados e demais integrantes dos setores populares sem trabalho regular.

O ambiente socioeconômico, nas primeiras décadas do século XX, era por demais adverso aos setores populares. Lima Barreto deixou um registro bastante contundente



em duas crônicas escritas em outubro de 1917: “São Paulo e os estrangeiros I” e “São Paulo e os estrangeiros II”⁴. Nestes dois escritos, ele analisa como se deu a passagem do centro de gravidade dos poderes políticos para industriais e fazendeiros de São Paulo desde o início da república; a importação de estrangeiros como iniciativa dos governantes em dar a São Paulo ares de Europa, e como, diante da situação de intensa exploração e arbítrios, estes operários importados começaram a protestar, provocando violências por parte dos poderes econômico e político.

Na segunda parte do artigo, ele denomina a rejeição do Supremo Tribunal ao pedido de *Habeas corpus* em favor dos trabalhadores presos no navio Curvelo como indicação de “um total domínio sobre os poderes políticos do país” por parte dos “doges de São Paulo”. Lima Barreto continua sua análise afirmando terem as autoridades republicanas, elas mesmas, rasgado a constituição, não sem a cumplicidade da imprensa, anuência de congressistas, rebaixamento dos magistrados e diante de um “povo ‘bestializado’, calado de medo ou por estupidez, esquecido de que a violência pode, amanhã, voltar-se sobre um qualquer de nós, desde que tal sirva à plutocracia paulista e ela o exija.”

A expulsão de Florentino de Carvalho e demais trabalhadores se deu dois meses depois de findas as greves. Portanto, depois de firmado acordo entre trabalhadores, patrões e governo. Não havia razão justificando sequer a prisão desses operários. Essa era a terceira expulsão de Florentino de Carvalho do território brasileiro. As duas anteriores foram quando das greves de 1910 e de 1912. Considerando Angel de Las Heras, Ângelo de Las Heras, Ângelo de Lasheras ou Ângelo Lasheras⁵ como um de seus outros pseudônimos, seus aprisionamentos tomam



Centenário da greve geral anarquista de 1917...

dimensões surreais. Com este pseudônimo, ele ficou preso de 1936 a fins de 1939 ou inícios de 1940, numa situação em que as autoridades brasileiras não sabiam se e para onde deportavam, ou não, alguém com quatro nacionalidades: marroquina, francesa, espanhola e brasileira, à qual já tinha direitos pelo tempo de vida no Brasil e por ter enviuvado de uma brasileira. Esse impasse significou para o prisioneiro anos de subtração da liberdade, numa indicação flagrante do alto grau de despotismo, violências e arbitrariedades infligidas à população trabalhadora pelas autoridades governamentais através das décadas sob a república.

Por fim, os escritos aqui publicados registram a truculência, brutalidade e arbítrios dirigidos aos trabalhadores da cidade e do campo no Brasil republicano. São registros de quem teve de buscar meios de sobreviver diante da tirania sem deixar de lutar, usando estratégias de camuflagem e táticas de guerrilheiros. A greve geral de 1917, com enfrentamentos em diversos níveis, impôs o alargamento de liberdades para os trabalhadores. A história oficial atribui direitos sociais a uma suposta generosidade do chamado “pai dos pobres” (e mãe dos ricos), o golpista e ditador Getúlio Vargas. Escritos como estes de Florentino de Carvalho, além de seu caráter histórico, registrando as lutas e conquistas dos trabalhadores daquele período, estão pulsando liberdades e liberações, demonstrando a existência de organização e solidariedade enquanto dinamismos sociais dos trabalhadores anarquistas em seus coletivos.

a República dos “Briganti”⁶

O governo federal, sentindo a necessidade de contentar a população, mandou, pelo seu órgão oficial, *O País*,



em magistral artigo, dizer-lhe que não há motivos para apreensões; pois que se aproxima a época das vacas gordas, que estamos já em dias de uma situação econômica lisonjeira. A indústria progride, a agricultura desenvolve-se como por encanto e diariamente aparecem compradores estrangeiros em procura dos nossos produtos. O país enriquece e a prova disso é que o nosso comércio com o exterior apresentará este ano um saldo de vinte e dois milhões de libras esterlinas... para os exploradores.

Em favor desta tese o articulista menciona uma indicação aprovada pela “Sociedade Promotora da Defesa do Café”, a qual tem por fim *acautelar* os interesses dos fazendeiros, dos cavalheiros de indústria e do comércio, pedindo ao governo providências para aumentar o numerário e facilitar, assim, aos exploradores o crédito bancário, assim como impedir que a próxima safra de café “seja sacrificada pelas circunstâncias que ameaçam o seu transporte e a sua exportação...”

Segundo o parecer do citado plumitivo, a tanto por linha, se essas providências forem tomadas, e que o governo já está pondo em prática, entregando o país a banqueiros norte-americanos, ingleses e franceses, em troca de certos favores e de novos empréstimos, os saldos, os lucros dos negreiros, dos açambarcadores ascenderão a “proporções além da expectativa dos mais otimistas”.

O panegirista termina dizendo que só temos, portanto, motivos para esperar com serenidade o dia de amanhã, desde que esperemos “trabalhando e produzindo”.

Somente quem for cego deixará de ver que o Brasil vai sendo arrastado à guerra, vendido ao estrangeiro por um empréstimo de alguns milhares de contos e por algumas



Centenário da greve geral anarquista de 1917...

concessões favoráveis à entrada do café e dos cereais nos países aliados, para enriquecer ainda mais os *nostros* especuladores e argentários.

É digno de nota o esforço que se realiza para facilitar a agricultura, a indústria e o comércio.

Evidentemente, estamos num belo país onde o capital tem todo o crédito e o trabalho não tem crédito algum.

É com esse crédito e com a riqueza que os capitalistas exploram as necessidades do trabalho e do consumo, triplicando os seus capitais, mormente, nesta circunstância em que a guerra veio facilitar novos e mais rendosos meios de exploração.

O país enriquece, isto é, os fazendeiros aumentam a produção e valorizam o café sacrificando o povo com a intervenção do Brasil na guerra, e roubam os pobres forçando-os a trabalhar sem ganhar ao menos para matar a fome negra que os aniquila.

Os industriais ganham rios de dinheiro fornecendo mercadorias aos Estados em guerra por preços fabulosos, roubando do operário a última gota de sangue, o último vintém, aumentando-lhe a jornada de trabalho e, em compensação, mutilando-lhe o salário até o último extremo.

Os grandes comerciantes e açambarcadores roubam o contribuinte vendendo-lhe as mercadorias como quem vende os olhos da cara, a preços incríveis, certos de que há de sujeitar-se ao terrível dilema: *ou compra ou morre*.

Por sua vez, os governos municipais, estaduais e federais, patrioticamente roubam o povo, aumentando os impostos, selando todas as mercadorias, tornando impossível a vida.



Capitalistas de todas as classes, e governantes de todas as repartições públicas, confabulam e conspiram para exaurir o povo, para transformar em ouro a sua pele, os seus ossos, o seu sangue, pois essa matéria contém uma energia de trabalho que é preciso transformar em capital sem fazer dispêndio algum...

Os exploradores atiraram-se sobre a plebe como lobos famintos, disputando-se mutuamente a presa, procurando cada qual tirar o maior quinhão.

Aí tem o povo quais são as funções do governo, do Estado, da autoridade das instituições republicanas e democráticas.

Pensando um pouco sobre estas coisas, pode conhecer-se o valor da exploração agrícola, industrial e comercial.

Mas ainda não findam aqui as atividades das nossas instituições econômicas e políticas. Malgrado todas as declarações doutrinárias, jurídicas ou filosóficas da tendência igualitária e liberal, escritos na constituição nacional ou dos Estados, não é concedido ao povo o direito de reclamação e de protesto, de greve ou de manifestação pública, porque a burguesia ordena a repressão violenta ao primeiro assomo de descontentamento popular ou operário.

De nada serve que os poetas, os jornalistas, os escritores que mercadejam com a sua consciência, trocando-a por uma còdea de pão que lhes é atirada pelos festeiros de Balthazar, como quem a atira aos cães leprosos, cantem as excelências do regime e às glórias dos patriotas da alta roda; é inútil que invoquem as grandes divisas da *Igualdade, Liberdade e Fraternidade*, de *Ordem e Progresso*.



Centenário da greve geral anarquista de 1917...

Os fatos estão aí a constatar o triste espetáculo da miséria causada pelo roubo legalizado, e da inquisição instaurada pela brutalidade do funcionalismo público.

De fato, estamos sendo martirizados pelo regime do chicote e do chanfalho, e sucumbimos sob a república dos capangas, dos negreiros, dos açambarcadores, dos vendilhões da pátria.

Ainda suportamos a República dos “Briganti”, que está clamando por uma revolução.

CONTRA A MODERNA INQUISIÇÃO REPUBLICANA:

protesto dos deportados⁷

Nós, os modestos operários paulistas deportados para fora do Brasil, por reclamarmos nossos direitos, que são os do povo produtor, julgávamos que as leis do país fossem respeitadas pelos representantes do poder público.

Sabíamos que a constituição nacional, em seu artigo 72 e outros, garante a todos os cidadãos nacionais ou estrangeiros as liberdades de reunião, de imprensa, de palavra, de greve, etc.

Ao amparo da lei, exercíamos nosso direito e liberdade. O povo operário de S. Paulo, fazendo uso dessas faculdades, defendia-se dentro da ordem contra a excessiva especulação dos exploradores e dos açambarcadores dos gêneros de subsistência da população, contra os promotores dos *trustes* da agricultura, da indústria e do comércio, os quais auferiam, com esse processo criminoso,



lucros incalculáveis, enquanto fomentam a fome e a miséria entre as classes menos favorecidas da fortuna.

O monopólio, a exploração desenfreada chegou a ponto de criar para a classe média uma situação insustentável.

Em consequência, o descontentamento e desesperação geral da população começaram a manifestar-se depois de prolongados jejuns e ante a escandalosa ganância dos argentários em sua quase totalidade estrangeiros; as greves começaram a manifestar-se espontaneamente entre o operariado, que reclamava contra o aumento do preço dos gêneros de primeira necessidade, pedindo como compensação um acréscimo nos salários a fim de restabelecer o equilíbrio na vida econômica dos homens do trabalho, e tornar possível sua subsistência.

O patronato e com ele o governo paulista, pensaram, porém, de maneira diversa, e procuraram reprimir o movimento, apelando apenas para todas as medidas de violência.

Estas medidas, longe de acalmar os ânimos, contribuíram para generalizar o movimento, e durante a terceira semana de Julho a capital paulista e outras cidades daquele estado foram teatro de uma greve geral, de um protesto unânime da população contra a carestia de vida e contra os açambarcadores que matavam o povo à fome.

Terminando este movimento, mediante um acordo entre as partes interessadas, no qual ficaram consignadas algumas concessões por parte dos governos e dos patrões, tudo voltou à calma habitual.

Mas agora, depois de dois meses, quando se julgava que tudo havia terminado, os reis da indústria e do



Centenário da greve geral anarquista de 1917...

comércio, de conúbio com as autoridades, prepararam uma perseguição violenta contra o operariado, assaltando e dissolvendo as organizações operárias, roubando os móveis, destruindo as bibliotecas, empastelando as tipografias, violando domicílios a altas horas da noite, arrancando da cama pacíficos pais de família, prendendo e espancando barbaramente, insultando e atropelando como em qualquer bordel mulheres e crianças.

Os nove deportados que estamos a bordo do *Curvelo FOMOS CASTIGADOS FISICAMENTE* e sequestrados em S. Paulo, Santos e Rio, sem que pudéssemos comunicar com qualquer pessoa.

A polícia paulista roubou nosso dinheiro, relógios, documentos, tudo quanto possuíamos no momento de nos prenderem, sem que se dignasse fazer a necessária restituição.

A nossa prisão e deportação tiveram lugar sem processo nem motivo algum, pois, como já dissemos, não havia movimento que desse origem a qualquer medida policial, isso se fez simplesmente para satisfazer vinganças torpes e mesquinhas.

O governo de S. Paulo e os argentários praticam toda a sorte de arbitrariedades e violências contra o operariado, destruindo as famílias proletárias e levando ao completo desamparo os filhos de muitos trabalhadores que veem seus pais serem-lhes arrancados brutalmente dos braços.

Dos nove deportados, quase todos têm de 10 a 28 anos de residência no país, tendo aqui constituído família, trabalhando sempre, derramando gota a gota o seu suor para ganhar o pão. E, — caso típico — um dos deportados é brasileiro nascido na capital de S. Paulo!...



As malditas violências de que somos alvo sofremo-las por julgarmos ingenuamente que o operariado do Brasil fosse gente, por entendermos que os governantes tivessem algum respeito pela lei, pela magna carta constitucional. Pateticamente fizemos uso dos direitos que a sociedade concede a todos os cidadãos, mas agora pagamos as consequências da nossa candidez. Agora sabemos que somos punidos sem ter cometido delito nenhum e estamos convencidos de que o operariado no Brasil está fora da lei, que para ele não há garantias, que sobre sua cabeça pende o estado de sítio e o chanfalho policial. **PARA QUE O OPERARIADO NO BRASIL SEJA LIVRE É PRECISO UM NOVO 13 DE MAIO!**

Esperançados, no entanto, em que os trabalhadores saibam continuar na luta pelos direitos do homem, ao mesmo tempo fazemos constar o nosso protesto contra as infâmias que a inquisição republicana deste país comete contra os pioneiros do trabalho, do progresso e da civilização desta terra digna de melhor sorte.

A NOSSA EXPULSÃO: apontamentos para a história das infâmias burguesas⁸

I

Às 9 horas da noite de 14 de Setembro de 1917, descíamos pela ladeira do Carmo, eu e o companheiro Evaristo Ferreira de Souza, quando, de improviso, fomos assaltados por um grupo de “secretas”, que se lançou sobre nós em atitude ameaçadora, à voz de *Estejam presos!* Sem mais delongas, os esbirros conduziram-nos à Central



Centenário da greve geral anarquista de 1917...

de Polícia. Durante o trajeto, eu, que vinha de há muito tempo padecendo duma grave doença, adquirida nas prisões da Argentina e de S. Paulo, por lutar pelos ideais de emancipação humana, disse com os meus botões: “Desta vez vou visitar o *Padre eterno*”...

Chegados aos calabouços da Bastilha da *capital artística*, fomos despojados de todos os nossos haveres: dinheiro, joias, documentos, etc... Como na Calábria, em tempos que todo mundo o sabe. Até a gravata me foi arrancada... para testemunho da honestidade dos encarregados da defesa da vida e da propriedade dos cidadãos.

Não tendo outro conforto senão o frio chão e o teto úmido da solitária em que nos puseram incomunicáveis, passamos a noite tiritando... batendo os dentes...

Ali foi-nos aplicada uma *dieta*... rigorosa, porquanto só no dia seguinte, cerca das 14 horas, é que nos trouxeram uma marmita com um pouco de feijão mal cozido, umas colheres de arroz e um bocadito de carne que nem os cães a poderiam tragar.

À noite, a ambulância transportou-nos ao posto policial de Vila Mariana, onde encontramos os camaradas José Fernandes, José Lopes, Candeias, Antônio Nalepinski e um operário alemão, cujo nome não me ocorre agora.

Como não tivéssemos recursos para pagar a identificação, fizeram-nos isso gratuitamente, sendo as nossas impressões digitais e fotografias tiradas como se fôssemos criminosos vulgares.

Os calabouços do posto de Vila Mariana em que nos internaram eram verdadeiras enxovias, sem janela alguma, e de tal modo glaciais e tétricas que, para evitar um pouco



a umidade, colocamos os pés sobre os pratos e marmitas que havíamos utilizado na refeição.

À porta do meu cubículo, um esbirro e espião dizia: — Vocês vão ver agora quanto é bom ser anarquista!

Quando o relógio batia meia noite, foram-nos ali buscar ambulâncias fechadas, que nos conduziram pela estrada do Vergueiro, escoltados por uma turma de policiais.

Assim, sem saber para onde íamos, atravessamos a serra de Santos, chegando à vizinha cidade às 6 horas, onde as autoridades locais nos receberam com muita “cortesia” e “delicadeza”, atirando-nos às prisões de Vila Matias, que são também pouco recomendáveis: as portas, de grades de ferro, permitem que penetre a intempérie; o pavimento é de mosaico, e a umidade abrange todas as paredes.

Dentro dos próprios calabouços estão as privadas que exalam um fétido insuportável.

Durante os oito dias em que eu e Nalepinsk ali estivemos juntos, dormindo de pé, encostados às espáduas um ao outro para podermos transmitir mutuamente um pouco de calor e suportar o frio e a umidade que pareciam dilacerar-nos as carnes.

Quanto à alimentação, aquela semana foi uma verdadeira quaresma. Ao meio dia traziam-nos os soldados uma marmita de arroz e feijão e algumas batatas; e, às 17 horas, davam-nos uma caneca com um chilo de água suja, à qual, por ironia, cognominavam de café. Distribuíam também a cada preso um pão do tamanho de uma castanha e, com toda aquela miséria, passava-se até o dia seguinte.



Centenário da greve geral anarquista de 1917...

A incomunicabilidade continuava rigorosa; não se podia falar, nem sequer com os guardas. Apenas duas vezes tive ocasião de falar com o Dr. Bias Bueno, que se dignou fazer-nos uma visita. Diante do meu aspecto de enfermo, o delegado perguntou-me: — O Sr. está doente, não é verdade?... Mas nem por isso modificou para melhor o mau tratamento de que fui vítima.

Na noite do quinto dia fui conduzido à presença do mesmo carrasco policial, que nesse momento procurou dissuadir-me com patéticos conselhos, inspirados no mais profundo cretinismo, de continuar a lutar pelo Ideal Libertário, dizendo-me, ao mesmo tempo, que se tinha alguma coisa a declarar e se queria escrever ao secretário do Estado podia fazê-lo porque... ainda era tempo.

Compreendi logo que as autoridades paulistas ter-se-iam conformadas com um documento, no qual eu manifestasse um pouco de humilhação ou, ao menos, uma vaga promessa de não mais cometer o pecado de propagar as reivindicações dos escravos modernos, os princípios basilares do anarquismo. Com esta concessão, eu seria restituído à liberdade.

Não o quis, porém. Respondi negativamente, frisando que nada tinha a declarar...

— Veja, Sr. Primitivo, — insistia o esbirro — cada qual deve tratar de si. Eu também sou libertário; mas já se vê (e bate com as mãos no abdômen) já vê que é preciso tratar da vida...

— O Dr. deve compreender — retorqui — que o homem não tem somente estômago, tem também



faculdades morais, idealismo, e em primeiro lugar, deve manter sem mácula a sua dignidade...

Três dias depois, eu e os companheiros José Fernandes, José Lopes e Zeferino Oliva éramos transportados em automóveis para o cais, onde nos encontramos com Virgílio Fidalgo, José Sarmiento e Francisco Ghicco, que haviam sido presos, mais tarde, ao tratarem de impetrar um “*habeas corpus*” em prol da nossa libertação.

Sem mais delongas, uma lancha conduziu-nos a bordo do navio-fantasma o “*Curvelo*”, sendo depois encerrados num camarote de 3ª classe.

Finalmente, a nave zarpou, levando um destino para nós ignorado e sem que pudéssemos enviar ao menos às nossas famílias, que ficavam no abandono e na penúria, um saudoso adeus de despedida...

A NOSSA EXPULSÃO:

apontamentos para a historia das infâmias burguesas⁹

II

No momento em que o paquete levantou ferro fizemos ouvir a nossa voz rebelde, que se manifestava como uma afirmação dos nossos princípios revolucionários:

Estes burgueses azás egoístas
Que asi desprecian a la Humanidad
Seran varridos por los anarquistas
Al fuerte grito de libertad.



Centenário da greve geral anarquista de 1917...

Nós não esquecíamos as nossas famílias, os nossos amigos e camaradas, e esta lembrança não deixava de causar-nos profunda mágoa posto que supúnhamos não os tornar a ver; sabíamos também de quanto eram capazes os nossos vitimários, pois os fatos do Satélite, da ilha das Cobras, de Canudos e do Contestado eram demonstrações evidentes dos seus instintos ferozes, porém, todas essas circunstâncias não eram óbice para que abalasse de longe sequer o nosso ânimo, nem arrefecessem os nossos entusiasmos pela grande ideia de justiça que iluminava os nossos cérebros, e os sentimentos de dignidade humana que palpitavam nos nossos corações.

No dia seguinte chegávamos ao Rio de Janeiro, onde, segundo informações dos próprios agentes que nos escoltavam, os nossos advogados Drs. Roberto Feijó e Evaristo de Moraes, assim como alguns camaradas haviam estado a bordo, sem que, apesar de todas as diligências, se pudessem comunicar conosco.

Nessa ocasião, embarcava com destino à cidade de S. Salvador o regimento da linha de tiro da Bahia. Tanto os tripulantes do Curvelo como os soldados e graduandos do regimento baiano haviam sido informados, pela polícia, que os deportados eram bandidos, caftens, ladrões, inimigos do Brasil, anarquistas estrangeiros... com o fim, certamente, de que fossemos linchados pelo que os governantes julgavam cheios de fobia patriótica.

À saída da Bahia de Guanabara, o comandante do vapor veio ter conosco, e verificou que não éramos tão feios como nos haviam pintado. Esclarecido afinal da nossa índole de operários, homens de família, e das causas que motivaram a nossa expulsão, não pode deixar de reconhecer que o governo estava cometendo uma inominável infâmia. Os



praças e oficiais do batalhão baiano, uma vez informados das causas da nossa prisão e banimento do país, não ocultaram a sua repulsa pelo governo de São Paulo, que tão iniquamente castigava nos operários as suas aspirações de uma vida melhor, para favorecer a ganância de capitalistas quase todos estrangeiros, que acumulam fortunas colossais, sacrificando a população desta terra digna de melhor sorte. É desta força o patriotismo dos nossos homens públicos, que consideram a nação como uma senzala e o povo como uma multidão de escravos.

Quanto à fobia patriótica dos soldados da referida corporação militar, ela se revelou numa festa, por eles realizada a bordo e durante a qual um numeroso grupo passeou pelo convés conduzindo a bandeira nacional, rindo e dançando o maxixe. A maior parte havia-se alistado na linha de tiro para fugir à lei do serviço militar.

Aproveitando o ensejo de estar entre aquela juventude cheia de esperanças, ávida de emoções novas, procuramos disseminar no seu seio a propaganda dos nossos caros ideais, o germe da Anarquia, certos de que não tardaria em frutificar. Foi tal o entusiasmo que as nossas ideias lhes causaram que, ao chegarmos à Bahia, muitos queriam provocar um movimento de protesto contra a nossa prisão, e exigir a nossa liberdade naquele porto. O nosso trabalho de dignificação e libertação das consciências havia produzido ótimos resultados. Graças a nossa deportação aqueles jovens tiveram a felicidade de conhecer os idealismos criadores de uma nova civilização que tem por base a justiça, a igualdade e a liberdade.

Da Bahia seguimos viagem até o Recife, onde a polícia marítima nos fez as honras da sua guarda, a fim de evitar



Centenário da greve geral anarquista de 1917...

o nosso desembarque. Às 9 horas da noite, porém, depois que a guarda se havia retirado, uma lancha a vapor ficava ainda atracada ao “Curvelo” descarregando peixe, para cujo trabalho era empregado um cesto conduzido por um guindaste de bordo.

Quando do cesto foi tirada a última remessa, eu, Arouca e Nalepinsk tomamos aquele veículo e minutos depois estávamos fora da nave, suspensos a pequena distância das ondas que se agitavam furiosamente. Por último, saltamos na lancha que partiu como uma flecha em direção ao cais...

**A NOSSA EXPULSÃO:
apontamentos para a história
das infâmias burguesas¹⁰**

III

Durante dez minutos respiramos livremente. Passado este lapso de tempo, a lancha atracou no palco da Guarda Moria, sendo recebidos pelos sicários da polícia marítima, os quais nos interrogavam acerca da nossa procedência. Respondemos que vínhamos do “Curvelo” a cujo bordo havíamos ido a fim de visitar amigos que iam para Nova York. Apenas terminado o interrogatório apareceu um pelotão de seis praças comandadas por um sargento e entre aquela *boa gente* marchamos até um posto policial e fomos apresentados a um delegado a quem os subalternos chamavam de “doutô”. Este exemplar da polícia pernambucana, tipo de testa baixa, crânio de símio, face de criminoso nato, segundo a escola de Lombroso, fazendo um gesto feroz e agressivo, dirigiu-se a nós sem fitar-nos e disse: — Então vocês pensavam que em Pernambuco não havia polícia? Pois olhem, — acrescentou,



tirando de uma gaveta do escritório uma formidável palmatória — isto é para vocês, e depois disto, continuou, ameaçando-nos com um enorme revólver — tem isto, e depois tem o facão dos soldados.

Diante de tanta gentileza, não pudemos deixar de manifestar a nossa admiração!

Sem mais delongas, a mesma escolta acompanhou-nos até a cadeia pública. Eram 11 horas da noite quando entramos naquela bastilha.

Um jagunço, com ares de autoridade, fez-nos algumas perguntas inúteis, ordenando, depois, aos “chaveiros”, que nos alojassem no cubículo nº 1.

Dali a pouco nos encontramos num lugar escuro, que somente no dia seguinte pudemos apreciar. Era uma solitária de quatro metros de comprimento, dois e meio de largura, por dois de altura.

O ar entrava em quantidade insuficiente por uma pequena janela que dava para um pátio. Do lado oposto havia uma abertura que comunicava com uma galeria. Nessa abertura estavam colocadas duas portas, uma de grades de ferro e outra de madeira inteiriça que fechava hermeticamente. O pavimento era de cimento e estava num estado de imundície que produzia um fétido insuportável. Como corolário às condições de um verdadeiro foco de infecção, a privada estava ali mesmo, exalando pestilências que envenenavam a atmosfera. Para o repouso havia três tarimbas de madeira cheias de pulgas, piolhos, percevejos... um verdadeiro jardim zoológico.

Em compensação, o alimento que nos forneciam constava de um pouco de água emporcalhada com o resíduo



Centenário da greve geral anarquista de 1917...

de café sem coar, e três bolachas elaboradas com farinha de feijão, que produziam no estomago o efeito da dinamite. Esta era a refeição do almoço, às nove horas da manhã.

Com essa água suja, pois que as bolachas não eram comestíveis, passávamos até as duas da tarde, quando traziam o jantar, que se resumia a um pratinho, cujo fundo estava apenas coberto de bacalhau, para os três e um pão diminuto para cada um. Às cinco horas vinha a ceia: uma caneca do tal *café do Porto Rico* e uma latinha de farinha de mandioca. Alguns dias, em lugar do bacalhau, forneciam três pedaços de carne seca que nem os cães a podiam traçar. Este alimento era ainda fornecido por favor, pelo administrador da cadeia, pois durante os 46 dias que ali estivemos não fomos “arraçoados”.

Naquele cubículo que mais parecia um túmulo sucumbíamos de umidade, de falta de ar, envenenados pelo ambiente, e definhávamos de fome. Nesta situação permanecemos rigorosamente incomunicáveis.

Num belo dia, como o meu estado de enfermidade se agravasse, fui visitado pelo médico do estabelecimento, o qual receitou *um punhado de sal amargo*, um purgante para cavalo.

Passados alguns dias o Arouca achava-se trepado sobre uma das tábuas, tomando um pouco de oxigênio que entrava pela janela do cubículo, quando, dali a pouco desceu, sentou-se sobre a tarimba, tremendo e suando copiosamente. Os seus olhos tomavam expressão estranha, angustiada, o seu rosto cobria-se de uma palidez cadavérica e... tombou sem sentidos!

Demos-lhe a beber um pouco do mencionado café que havia sobrado do almoço, procuramos reanimá-lo com



fricções, e tratamos de chamar os guardas para que alguém acudisse. Vinte minutos estivemos batendo na porta sem que ninguém atendesse e, finalmente, quando abriram, foi para nos cobrir de impropérios e de insultos. Apesar de um pouco tarde, apareceu o enfermeiro que aplicou ao nosso camarada uma injeção com a qual recuperou os sentidos. Em seguida deram-lhe uma caneca de café quente e um pão, para que se repusesse, e... quanto à alimentação, tudo como antes. Apenas nos transferiram para outro calabouço um pouco mais habitável. Se nos tivesse faltado o auxílio que os camaradas de fora puderam prestar, e o que os presos, cujos nomes omitimos para os não prejudicar, nos forneceram, de... contrabando, não teríamos ficado para contar a história.

**A NOSSA EXPULSÃO:
apontamentos para a história das infâmias
burguesas¹¹**

IV

Do lado exterior, próximo ao cubículo em que nos encontrávamos, achava-se a aula de música, de onde um numeroso grupo de menores nos atormentava com os seus instrumentos desde as seis horas da manhã até as nove da noite.

Com aqueles pobres filhos da... rua, desamparados e famélicos, a administração da cadeia havia organizado um batalhão para a... defesa da pátria. Estavam presos por não terem pão, lar, nem abrigo. O alimento que lhes forneciam consistia em um pouco de feijão cru, carne seca, amarrada com barbante, e farinha de mandioca. É fácil imaginar o efeito desastroso que aquela imundície poderia produzir



Centenário da greve geral anarquista de 1917...

no aparelho digestivo daquelas crianças, cuja idade era de oito aos quatorze anos.

Às cinco horas da manhã os pequenos plebeus eram acordados aos sopapos e aos pontapés pelos guardas da prisão, tendo que se levantar às pressas das tarimbas que lhes serviam de leito, sem colchões nem cobertas de espécie alguma.

Sonolentos e seminus, saíam para o pátio e se atiravam num poço de água suja, estagnada, para tomarem o banho, obedecendo aos rigorosos preceitos de higiene do nosso mundo oficial!...

Com a sua figura esquelética, se assemelhavam aos pernalongos. Depois do banho, tomavam café especial, aquela borra da qual tive a ocasião de falar, e voltavam para o pátio armados de carabinas, em formatura, comandados por um beleguim que não se cansava de dar socos e pontapés nos seus comandados, vociferando como um “condenado” e insultando-os com bonitas frases, a melhor das quais era de: filho da p..., etc.

Acompanhando os hinos que a música fazia ouvir, o batalhão infantil punha-se em movimento, cantando:

Amo tanto, estremeço esta terra
Amo tanto este belo país,
Que se um dia eu partir para a guerra
Eu irei bem contente e feliz.

Nos calabouços térreos os presos dormem no chão assoalhado de cimento, sem abrigo de espécie alguma, porque para isso o governo não tem dinheiro. Existe também naquele cárcere um “quarto escuro”, com aparelhos



de ferro, pesos, grossas correntes, assim como palmatórias, rabos de tatu, para torturar os presos. O infeliz que entrar naquela masmorra pode contar com poucos dias de vida, porque será assassinado pelos maus tratos, quer na alimentação, no alojamento, e pelos castigos corporais.

Num belo dia aparece à porta do nosso cubículo o condenado Antônio Silvino, que andava pelas galerias acompanhado de um guarda, que fazia as vezes de ordenança. O célebre “bandido” — assim o deram chamar — autor de muitos crimes: roubos, assassinatos, etc., estava na prisão com as regalias de príncipe. Ele não obedecia aos funcionários da repartição; ao contrário, dava ordens, e nós, que cometemos o pecado de ter ideias, de aspirar ver o Brasil, o mundo inteiro livre da escravidão e da iniquidade social que infelicita o povo, estávamos engaiolados, incomunicáveis, sequestrados, sem podermos respirar...

Finalmente, depois de muitos dias de reclusão e incomunicabilidade, apareceu um guarda que nos entregou algum dinheiro e um exemplar do nosso jornal *A Plebe*, enviados pelos camaradas do Recife.

A nossa querida folha entrou como se fosse um sol, despertando em nós novas esperanças e uma alegria infinita. Lemos da primeira até a última, *numa assentada*, sob a mais profunda emoção, o libelo que era um soberbo protesto contra as protérvias da canalha dourada, e ao mesmo tempo um hino de redenção de todos os oprimidos.

Na manhã do dia seguinte fomos conduzidos à Polícia Marítima e, horas depois, embarcados no vapor “Avaré”, que seguia para Nova York.



Centenário da greve geral anarquista de 1917...

O decreto de expulsão tornava-se efetivo, aventando-nos para a ilha de Barbados...

**A NOSSA EXPULSÃO:
apontamentos para a história
das infâmias burguesas¹²**

V

Mesmo contra a nossa vontade vamos estudando praticamente a Geografia Física e Política.

Tocamos em Fortaleza, capital do Estado do Ceará, conhecido pela sua esterilidade, pela miséria que realiza verdadeiras hecatombes, e pelas suas oligarquias de jesuítas açambarcadores dos recursos do país e, promotores, portanto, do flagelo da fome.

O operário ganha um salário de mil a mil e quinhentos réis diários, com os quais apenas pode comprar farinha de mandioca e feijão. Os habitantes são raquíticos, representam o espectro da fome.

Os trabalhadores que vieram trabalhar a bordo pediam aos marinheiros e aos passageiros os restos de comida. Aquilo causava dó e revolta ao mesmo tempo.

Ali também a polícia nos veio fazer a *guarda de honra* para impedir o nosso desembarque.

Terminado o trabalho de carga e descarga, o vapor pôs-se novamente em movimento, rumo ao Norte. Dali a três dias entrávamos na foz do soberbo Amazonas. O aspecto imponente da sua vastidão, das suas ilhas, arquipélagos cobertos de vegetação, assim como o imenso volume das suas águas, prendia completamente a nossa atenção. As



belezas naturais faziam-nos esquecer os focos de miséria econômica, social e moral onde a burguesia tudo arruína e emporcalha. Passadas algumas horas avistávamos o porto de Belém, onde permanecemos três dias. Feitos novamente ao largo, seguimos em direção ao golfo do México. Numa semana alcançamos a ilha que nos havia sido destinada para degredo.

Barbados é uma das pequenas antilhas situadas na América Central. O seu aspecto é pitoresco, mas a sua vegetação é muito pobre, a população compõe-se de 7.500 habitantes de cor. A não ser o serviço de carga e descarga de carvão, não existe apenas outra classe de trabalho. A fome é espantosa. A classe proletária, que constitui quase a totalidade da população, vive da esmola e da prostituição, pois que não há outro recurso para a subsistência. As autoridades inglesas, sob cujo governo está aquela ilha, não permitem — segundo informações de muitas pessoas indígenas — que se cultivem as terras. Os homens que faziam a descarga e carga do carvão agrediam-se mutuamente, disputando-se a posse de pedaços de pão. Alguns infelizes, entre os quais havia meninas e meninos, embarcados em frágeis barquinhas construídas com quatro tábuas, vagavam em torno do vapor esperando que algum passageiro atirasse ao mar uma moeda ou uma bolacha para apanhá-las, mergulhando como se fossem peixes.

A polícia da *livre* Inglaterra anda de cacete em punho repartindo golpes a granel entre o povo.

O governo da ilha recebeu-nos com muita cortesia e hospitalidade, não permitindo o nosso desembarque. Continuamos, pois, a viagem até Nova York. Ali chegados fomos rodeados por uma turma de detetives e conduzidos



Centenário da greve geral anarquista de 1917...

à Ellis-Island, uma ilha onde se acha a hospedaria de imigrantes, então transformada em praça de guerra. Apenas internados, introduziram-nos juntamente com outros imigrantes num gabinete médico e [fomos] despidos até ficarmos nos trajés de Adão para que os facultativos nos examinassem e verificassem se estávamos em condições de sermos cidadãos da América. Eu e o camarada Arouca fomos enviados ao hospital para observação...

A imigração era, como é de norma em todos os países, um mercado de escravos brancos, pretos, amarelos, etc. Quase todos os passageiros de 2ª e 3ª classe ficavam ali, de quarentena, sem saber quando iriam sair.

Mormente os trabalhadores do mar só saíam quando se comprometiam a embarcar como tripulantes de navios que se dirigiam para a zona de guerra.

— Ou resolve ir combater os impérios germânicos, a defender os interesses dos capitalistas das nações aliadas, a ser vítimas da ação dos submarinos tectônicos, e de fato a maior parte eram já naufragos de vapores destruídos — ou apodrece entre as paredes desse depósito de homens, de onde a *revolucionária* França, a *livre* Inglaterra e a *democrática* América se fornecem de carne humana para o matadouro. Esta era a ordem tácita, a condenação à prisão ou à morte, que pesava sobre homens franceses, brasileiros, espanhóis, italianos, gregos, senegaleses, enfim, de todas as procedências e que iam aos Estados Unidos em procura de trabalho, de pão e de liberdade.



A NOSSA EXPULSÃO: apontamentos para a história das infâmias burguesas¹³

VI

Na Imigração encontramos o camarada Cícero, detido desde o início da guerra, por ser pacifista, internacionalista, anarquista.

Pelo mesmo motivo haviam sido suprimidos os jornais de ideais libertários, entre os quais se contava *Cronaca Soversiva*.

Estes e outros fatos, alguns dos quais fazem arrepiar os cabelos, como o assassinato sistemático dos homens livres pela polícia, acontecem na grande República dos Estados Unidos, que serve de modelo aos *nossos republicanos*.

O companheiro Pedro Esteve e outros da União dos Operários Industriais do Mundo visitaram-nos e fizeram diligências para conseguir a nossa saída em New York, porém as autoridades providenciaram em sentido contrário...

No dia em que o “Avaré” deixou o porto, de regresso ao sul, eu e o Nalepinsk reembarcamos à força, voltando ao ponto de partida. O Arouca ficara ainda no hospital da Imigração, regressando em outro vapor.

Durante a nossa permanência a bordo não descuidamos um momento de fazer propaganda entre a tripulação, infiltrando entre os marujos o *micróbio* da revolta contra as iniquidades sociais. E as nossas ideias anárquicas encontravam eco, não somente pela sua lógica, mas também porque a vida dos marujos é um verdadeiro



Centenário da greve geral anarquista de 1917...

inferno. Os marinheiros estavam sempre molhados como pintos, correndo dum lado para outro, varrendo, lavando, mudando objetos, amarrando cabos, fazendo manobras, numa azáfama interminável. Os foguistas permaneciam horas e horas nas fornalhas, trabalhando no carvão, suando copiosamente, queimando-se em vida. Quando voltavam do trabalho vinham derramando suor em quantidade, cobertos de carvão; pareciam verdadeiros ex-homens.

A alimentação era de tão boa qualidade que eles, os marujos, a chamavam de *torpedo*. A cada passo protestavam contra os maus tratos de que eram vítimas. E os nossos princípios de reivindicação foram assimilados de tal maneira que os seus efeitos não tardaram em manifestar-se. A tripulação revoltou-se em New York e, depois, no Rio de Janeiro, negando-se a seguir para a zona de guerra e exigindo condições de vida mais humanas.

O governo brasileiro, fiel sicário da burguesia, errou, julgando que, com as prisões e as expulsões, daria fim à propaganda e à ação do proletariado emancipador e suprimir[ia] de vez o pensamento anárquico. Muito ao contrário, com os processos de repressão enunciados, apenas conseguiu provar mais uma vez que a sua existência tem por fim escravizar o proletariado. Ao mesmo tempo, chamou a atenção do povo para as infâmias que vem praticando e deu ensejo para que as ideias libertárias fossem divulgadas entre o operariado marítimo, dando-lhe um desenvolvimento progressivo que de outra não chegariam a alcançar.

De regresso ao Rio, havendo o vapor entrado, novamente, no porto de Belém (Pará), tentamos, por segunda vez, a fuga, tentativa que não vingou, porque o



marinheiro que estava de sentinela no portaló impediu a nossa saída. Esta atitude do marinheiro provocou a indignação dos outros tripulantes, os quais o apostrofaram, chamando-o de covarde, de crumiro...

Continuamos, pois, a nossa penosa viagem e, depois de tocarmos no Recife, e recebido a visita dos camaradas, entramos na baía de Guanabara, a mais importante do mundo pelas suas belezas naturais. Amantes de tudo quanto é belo, harmonioso, esquecíamos os nossos sofrimentos, vendo novamente o país do qual tínhamos profunda saudade, recordações das famílias e companheiros. A aproximação do “Avaré” ao cais chamou-nos de novo à realidade de que, se o Brasil é uma região grande, rica, admirável, há nele uma população escrava, faminta, seminua e doentia, aniquilada pela miséria.

“Este belo país” é uma feitoria, “um grande hospital” onde os magnatas vivem a comerciar com a pátria, a perturbar a ordem, a destruir todos os elementos de progresso, levando o desespero a todos os lares, amordaçado o pensamento, opondo todas as barreiras à entrada da civilização nas terras de Santa Cruz.

Por último, auxiliados pela tripulação, conseguimos convencer os nossos guardas, que o chefe Aureliano havia destacado para nos guardar, que já estávamos livres, esperando do ministro da Justiça o alvará de soltura. Durante as duas primeiras noites dormimos fechados no alojamento de terceira classe, porém, nas noites seguintes ficamos no convés, tendo a possibilidade de nos comunicar com os companheiros da capital. No quinto dia, os camaradas, à hora determinada, 4 da tarde, chegaram em automóvel, comunicando-nos que *estava pronto!*



Centenário da greve geral anarquista de 1917...

Aconselhamos então aos soldados que fossem à cozinha da 3ª classe a pedir a “boia”, porque se demorassem ficariam sem comer. Entretanto, nós corremos ao portaló, e, apesar de que a sentinela afirmasse que não podia deixar-nos sair sem ordem superior, decidimos a fuga, custasse o que custasse. Contando com o apoio dos estivadores e de outros camaradas, não hesitamos: o que podia acontecer seria um conflito, mas isso não era motivo para retrocedermos. Num momento dado, à vista de toda a tripulação, dos guardas da alfândega e da polícia, que estava no cais, avançamos em direção à escada, descemos rapidamente, atravessamos o cais, cantando e rindo como quem não tem nada a temer e... um minuto depois o automóvel corria a toda velocidade pela avenida Rio Branco, levando os dois indesejáveis do “Avaré”!

A NOSSA EXPULSÃO:

apontamentos para a história das infâmias burguesas¹⁴

(Conclusão)

Para justificarem a nossa prisão e expulsão, os Srs. representantes da República, componentes da instituição policial, acusaram-nos de estrangeiros, anarquistas, caftens, ladrões e desordeiros.

Aliás, é este o vocabulário policial de todos os países, quando têm que acobertar arbitrariedades, violências, infâmias. E não nos estranha essa conduta dos mercenários do capitalismo, porque bem sabemos que o proletariado e os homens de ideias nobres e alevantadas são considerados “estrangeiros” em todas as pátrias, elementos estranhos



onde impera o regime burguês, sempiterno algoz das classes laboriosas. O epíteto de *anarquistas* também não nos espanta, ao contrário, sentimo-nos orgulhosos por pertencermos à estirpe mais elevada da espécie humana, no sentido do progresso moral da espécie.

Com referência, porém, aos epítetos de caftens e ladrões lançados sobre nós como estigmas infamantes, precisamos fazer constar procedência, pois que a autoridade jamais esteve em condições de falar da conduta de qualquer cidadão.

Ainda há poucos dias tive ocasião de ouvir uma palestra de um inspetor policial que se lamentava por estar entre a verdadeira escória social, agindo numa obra de desumanidade, prendendo e maltratando inocentes, praticando violências e arbitrariedades inqualificáveis. Os esbirros policiais são recrutados entre os elementos dos baixos fundos sociais, que eles dizem perseguir, e isso porque nenhuma pessoa honesta se prestaria a desempenhar essa profissão e porque somente no seio da gente malévola pode a polícia encontrar os seus melhores auxiliares. Pior do que ladrão, caften ou vagabundo é ser agente defensor do capitalismo, é servir de elemento de coação violenta, porque o maior de todos os crimes é o de suprimir a liberdade individual, é ser capanga de uma associação de malfeitores da burguesia, que dá lugar ao roubo, ao lenocínio, à vagabundagem, e exploração e todas as misérias.

Quando os funcionários do governo, e especialmente da polícia — os que ainda tenham alguma consciência — compreenderem bem o ignominioso serviço que estão desempenhando, abandoná-lo-ão imediatamente, com a



Centenário da greve geral anarquista de 1917...

vergonha, ainda, de terem-se prestado a desempenhar o papel que mais pode aviltar o homem.

Os nossos caluniadores puderam apenas provar que nós éramos inimigos do regime capitalista lutadores pela liberdade do proletariado; pela emancipação e bem estar de todos os seres humanos.

Assim sendo, não temos porque arrependê-nos da nossa atitude, nem tampouco nos lamentarmos dos maus tratos de que fomos vítimas. Estamos certos de que a nossa obra não tem sido inútil, que empregamos as nossas energias, o vigor da nossa juventude numa tarefa eficiente de reivindicação social, de progresso do ideal anarquista, e isto enche-nos de satisfação. Os homens medem-se pelo seu caráter, pela elevação dos seus sentimentos, pela grandeza dos seus ideais. E se os pigmeus que nos martirizaram julgam que com o cárcere, o chanfalho e a metralhadora conseguirão pôr a salvo a burguesia e garantir o privilégio com o seu cortejo de iniquidades sociais, aí estão os movimentos da Rússia, da Hungria, da Alemanha, da Argentina e do Rio de Janeiro para testemunhar que o regime presente está agonizante e que a avalanche anárquica estende-se com rapidez vertiginosa por todos os âmbitos do globo. Ai! dos que se oponham ao seu avanço, porque serão derrubados e esmagados por esse aluvião que transformará a vida no nosso planeta.

A anarquia triunfa na alma dos povos.

Salve, pois, a anarquia!



Notas

¹ Florentino de Carvalho é o pseudônimo mais conhecido de Primitivo Raymundo Soares. Nascido a três de maio de 1883 em Campomanes, província de Oviedo na Espanha, com seis anos de idade veio com a família para o Brasil. Faleceu em vinte e sete de março de 1947, em São Paulo. Ver: Rogério Zeferino Nascimento. *Florentino de Carvalho: pensamento social de um anarquista*. Rio de Janeiro, Achiamé, 2000. A revista **verve** tem publicado artigos da autoria de Florentino de Carvalho. Pela Editora Imprensa Marginal, foi publicada uma trilogia de escritos de Florentino. Ver: Florentino de Carvalho. *Anarquismo e sindicalismo*. Organização, seleção, apresentação e notas de Rogério Zeferino Nascimento. São Paulo, Imprensa Marginal, 2008; Florentino de Carvalho. *Anarquismo e anarquia*. Organização, seleção, apresentação e notas de Rogério Zeferino Nascimento. São Paulo, Imprensa Marginal, 2010; e Florentino de Carvalho. *Anarquismo e socialismo*. Organização, seleção, apresentação e notas de Rogério Zeferino Nascimento. São Paulo, Imprensa Marginal, 2012. Florentino de Carvalho elaborou oito livros, dos quais os dois primeiros foram publicados. Ver: Florentino de Carvalho. *Da escravidão à liberdade. A derrocada burguesa e o advento da igualdade social*. Porto Alegre, Renascença, 1927; e Florentino de Carvalho. *A guerra civil de 1932 em São Paulo: solução imediata dos grandes problemas sociais*. São Paulo, Editorial Ariel, 1932. O primeiro livro tem uma segunda edição por editora artesanal. Ver: Florentino de Carvalho. *Da escravidão à liberdade. A derrocada burguesa e o advento da igualdade social*. 2ª ed. Apresentação e notas de Rogério Zeferino Nascimento. Organização e revisão de Renato Lauris Jr. Seridó (RN), Tumulto, 2015.

² Florentino de Carvalho. *Germinal!*. São Paulo, ano 01, nº 12, 08/06/1913.

³ Sobre a greve geral de 1917 e a violência patronal e estatal sobre os trabalhadores e demais integrantes dos segmentos populares, ver: Edgar Rodrigues. *Trabalho e conflito (As greves operárias 1900 – 1935)*. Rio de Janeiro, Arte Moderna, 1977; Paulo Sérgio Pinheiro e Michael M. Hall. *A classe operária no Brasil. Documentos (1889 a 1930)*. Vol. I – O movimento operário. São Paulo, Alfa Ômega, 1979; Yara Aun Khoury. *As greves de 1917 em São Paulo e o processo de organização proletária*. São Paulo, Cortez, 1981; Lená Medeiros de Menezes. *Os indesejáveis: desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1890 – 1930)*. Rio de Janeiro, EdUERJ, 1996; Christina Roquette Lopreto. *O espírito da revolta: a greve geral anarquista de 1917*. São Paulo, Annablume, 2000.

⁴ Afonso Henriques de Lima Barreto. “São Paulo e os estrangeiros I” in *Toda crônica: Lima Barreto*. Apresentação e notas de Beatriz Resende; organização



Centenário da greve geral anarquista de 1917...

de Rachel Valença. Rio de Janeiro, Agir, 2 v., 2004, pp. 288–291; Afonso Henriques de Lima Barreto. “São Paulo e os estrangeiros II” in idem, pp. 292–294.

⁵ O prontuário individual de Angel de Las Heras, Angelo de Las Heras, Ângelo de Lasheras ou Ângelo Lasheras é o de número 1020, na seção do DOPS no Arquivo Público do Estado de São Paulo. O de Florentino de Carvalho é o de número 144 no mesmo arquivo. Na apresentação ao terceiro volume da trilogia de escritos de Florentino de Carvalho, *Anarquismo e Socialismo*, indico Angel de Las Heras como um dos possíveis outros pseudônimos para Primitivo Raymundo Soares. Estou cada vez mais convencido desta identidade. No prontuário de Angel existem três assinaturas dele. Uma como Angel de Las Heras e outras duas como Ângelo de Lasheras. Comparei a letra desta assinatura com uma carta escrita a mão e assinada por Florentino de Carvalho. As letras são as mesmas, inclusive detalhes no componente DE nos pseudônimos de ambos e o encerramento das duas assinaturas, no prontuário e na referida carta. Não sou grafólogo e não tenho nenhuma formação nesta área. Mas é flagrante a semelhança entre as duas letras. Ver “apresentação” em: Florentino de Carvalho. *Anarquismo e socialismo*. Organização, seleção, apresentação e notas de Rogério Zeferino Nascimento. São Paulo, Imprensa Marginal, 2012

⁶ Florentino de Carvalho in *A Plebe*. São Paulo, ano 01, nº 13, 23/06/1917.

⁷ Florentino de Carvalho, Francisco Arouca e Antônio Nalepinski in *A Plebe*. São Paulo, ano 01, nº 19, 30/10/1917.

⁸ Florentino de Carvalho in *A Plebe*. São Paulo, ano 03, nº 14, 24/05/1919.

⁹ Florentino de Carvalho in *A Plebe*. São Paulo, ano 03, nº 15, 31/05/1919.

¹⁰ Florentino de Carvalho in *A Plebe*. São Paulo, ano 03, nº 16, 16/07/1919.

¹¹ Florentino de Carvalho in *A Plebe*. São Paulo, ano 03, nº 17, 14/06/1919.

¹² Florentino de Carvalho in *A Plebe*. São Paulo, ano 03, nº 19, 28/06/1919.

¹³ Florentino de Carvalho in *A Plebe*. São Paulo, ano 03, nº 20, 05/07/1919.

¹⁴ Florentino de Carvalho in *A Plebe*. São Paulo, ano 03, nº 21, 12/07/1919.



Resumo

Rogério Zeferino Nascimento edita e apresenta um significativo registro histórico da greve geral anarquista de 1917 ao reunir nove artigos escritos por Florentino de Carvalho. O primeiro deles foi escrito durante os acontecimentos e os demais, entre 1918 e 1919, mostrando a leitura de Carvalho desse crucial momento do anarquismo no Brasil que completa cem anos.

Palavras-chave: Greve Geral de 1917, anarquismo, Brasil.

Abstract

Rogério Zeferino Nascimento edits and presents a significant historical register of the 1917 General Strike in Brazil by gathering nine articles written by Florentino de Carvalho. The first one analysis the strike in its very moment while the others bring Carvalho's later analyses of this crucial anarchist movement in its 100th anniversary.

Keywords: 1917 General Strike, anarchism, Brazil.

The centenary of the 1917 Anarchist General Strike: historical records by Florentino de Carvalho, Rogério Zeferino Nascimento.

Recebido em 10 de fevereiro de 2017. Confirmado para publicação em 20 de maio de 2017.